Socialismo ou Barbárie

Tendência do PSOL 50

Boletim Mensal Nº 3 - Junho de 2016 - Contribuição: R$2,00

NÃO À OFENSIVA REACIONÁRIA!

Por uma Frente da Esquerda Socialista nas lutas e nas eleições de outubro!

Contra a reforma da Previdência!
Eleições Gerais!
Assembleia Constituinte imposta pela mobilização!

POR UMA FRENTE DA ESQUERDA SOCIALISTA NAS LUTAS E NAS ELEIÇÕES

O afastamento de Dilma é apenas parte da ofensiva reacionária em curso com o objetivo de ir a fundo nos ajustes neoliberais e nas contrarreformas estruturais.

Devido ao vazamento de conversas que sugerem articulações políticas para abafar a operação Lava Jato, Temer nas primeiras semanas foi obrigado a afastar dois ministros. No mistério de Temer são sete os ministros investigados pela operação Lava Jata além do próprio presidente interino (e ilegítimo) acusado de pedir doações ilegais para a construtora Camargo Correio para a campanha de Gabriel Chalita a candidato a prefeito de São Paulo.

Após pressão do movimento social o governo também recuou da extinção do Ministério da Cultura e do corte de verbas do "Programa *Minha casa, minha vida"* destinadas aos movimentos de moradia. No entanto, esses são temas secundários diante do conjunto dos ataques que o governo e a burguesia estão tramando contra a classe trabalhadora.

No Congresso Nacional Temer conseguiu aprovar um orçamento com déficit de 170 bilhões e aprovar continuidade e ampliação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que passou de 20 para 30%.

Além dessas medidas, o governo irá na próxima semana apresentar ao Senado projeto que visa estabelecer um teto de gasto anual da União que não pode crescer além da inflação do ano anterior. O que, evidentemente, significa uma brutal redução de investimento nos setores sociais, piorando ainda mais as condições de vida da maioria do povo.

Para resistir a esse conjunto de ataques os trabalhadores e a juventude contam com a politização e disposição de luta da juventude e de setores do movimento popular. Mas, para conter o avanço dessas políticas reacionárias será necessário superar a fragmentação das lutas em curso e, também, que os batalhões pesados da classe trabalhadora superem a passividade imposta pela burocracia e entrem em cena.

Podemos derrotar esse governo que demonstra cada vez mais contradições. Mas, além da luta direta para derrotar Temer e impor uma saída operária para a crise, não podemos desconsiderar que estamos há poucos meses das eleições municipais em uma conjuntura na qual usar as eleições devem ser usadas para denunciar os ataques do governo, o regime político corrupto e econômico a serviço da minoria.

Essas eleições municipais serão, necessariamente, marcadas pelos temas nacionais, como a crise política e econômica, os ajustes neoliberais, o desemprego e a contrarreforma da previdência. A participação nelas com uma política acertada poderá ser um importante ponto de apoio para a luta contra a ofensiva reacionária e pela construção de uma alternativa política própria dos trabalhadores.

Em momentos dramáticos, como os que estamos vivendo agora, nos quais estão em jogo lances fundamentais da luta de classes, o sectarismo político é desastroso. Em 2014 a chance de apresentar uma alternativa socialista unificada e dialogar com setores mais amplos dos trabalhadores e da juventude foi pouco aproveitada por conta da postura sectária.

Agora, nesta conjuntura de profunda crise politica, repetir essa postura seria um crime total, pois dificultaria ainda mais o acesso da classe e da juventude à uma orientação independente, o que, certamente, terá influência direta sobre os resultados práticos da polarização social e política em curso .

Além do mais, repetir a política sectária eleitoral - do PSOL e PSTU - das eleições de 2014 atrasaria, ainda mais, desenvolver a influência da *esquerda socialista sobre setores mais amplos dos trabalhadores e da juventude.* Nesse sentido, pensamos que é fundamental construir uma *Frente da Esquerda Socialista* entre o PSOL, PSTU e PCB com o objetivo de lutar por uma alternativa independente *da burocracia* e contribuir, assim, efetivamente com a luta para derrotar o reacionário governo Temer e suas políticas.

CRESCE A LUTA PELO FORA TEMER!
É necessário construir a mobilização independente

Por Antonio Soler

Partimos da caracterização de que, apesar das suas contradições, a atual coalização governista é mais forte do que a anterior e tem melhores condições para impor o conjunto das políticas neoliberais, pois o governo Dilma já estava em plena decomposição devido à crise econômica e a perda de sustentação política.

A classe trabalhadora teme o desemprego e passa por um compasso de espera em relação ao governo e é dirigida por uma burocracia que fará de tudo para evitar os choques diretos com os patrões e com o governo. Além disso, a esquerda ainda é extremamente minoritária na direção dos trabalhadores e da juventude e está dividida em várias frações sindicais e partidos.

Essa conjuntura demanda da *esquerda socialista* políticas para acessar a classe operária e a juventude radicalizada através de *iniciativas sistemáticas de frente única com os setores não-lulistas* e unidade de ação com os grandes aparatos.

É possível derrotar esse governo

Fruto de uma manobra para impor coalizão governamental que exclui o PT e a CUT, este é um governo que, apesar de impopular, conta com o apoio da classe dominante como um todo, da ampla maioria do Congresso Nacional e dos meios de comunicação de massa. Temer está delegado, assim, para impor políticas que atentem contra os interesses da classe trabalhadora e da juventude para criar o ambiente favorável para que o grande capital aufira altas lucratividades. A grande diferença do governo interino com o afastado é que o atual tem o aval da classe dominante para impor a sua política, em um cenário de profunda recessão e de instabilidade. Assim, Temer é um governo relativamente mais forte do que o de Dilma.

Somado à unidade Inter burguesa, o desemprego é um fator que tende a colocar as lutas operárias em um primeiro momento na defensiva. A questão é que os operários acabam indo para a luta em um lapso de tempo diferente dos demais setores. Hoje estão na ofensiva os trabalhadores sem teto dirigidos pelo MTST que na primeira semana de governo Temer já se colocaram contra o corte de verbas do programa "*Minha casa, minha vida"*. No entanto, a classe operária é decisiva para que os processos se resolvam de forma favorável para os trabalhadores de forma geral.

A nosso favor pesa o fato de que as intenções da ofensiva reacionária - impor somente a classe trabalhadora e a juventude os custos da crise econômica e fazer contrarreformas estruturais -, que levaram ao afastamento de Dilma, ficam cada vez mais claras para um amplo espectro da população. As reações de indignação de amplos setores às medidas de Temer, seus recuos diante da resistência popular e sua baixa popularidade demonstra que esse governo pode ser derrotado se uma onda poderosa de lutas se impor desde já.

Porém, não podemos desconsiderar os importantes fatores a favor do governo, a começar pelo fato de que conta com o total apoio do "andar de cima" para aplicar seus pacotes de maldade e a maior parte da direção do movimento, popular, sindical e estudantil está na mão de uma burocracia que irá dificultar ao máximo a ação política autônoma do movimento de massas.

Dilma, o PT, a CUT e o próprio Lula utilizaram fazem o discurso de que o governo sofre um "golpe" apenas para manter a pressão política superestrutural para tentar se manter no poder e fazer a contrapressão sobre as investigações de corrupção nos escalões do PT. O discurso do "golpe" não é consequente com a prática política dessa burocracia. Logo após o "golpe", a direção do PT autorizou coligações com o PMDB - partido que esteve à frente da ofensiva reacionária para tirar o PT do governo - nas eleições municipais.

Além disso, Lula busca sistematicamente uma frente com setores do PMDB que estão na alça de mira das investigações da Lava Jato para se safar do avanço das investigações contra ele e os quadros do PT.

Evidentemente que uma burocracia que protagonizou politicamente um pacto social para pacificar a classe trabalhadora com políticas compensatórias nos anos de crescimento econômico (primeira década do século XXI), garantiu ao capital altíssimas taxas de lucratividade, financiou campanhas com dinheiro desviado das estatais e. de quebra, enriqueceu nessas operações todas, não tem a menor disposição para estar a frente de uma luta efetiva para repelir a atual ofensiva reacionária e, muito menos, para levar a luta por demandas democráticas e sociais até o final.

A tática privilegiada da burocracia é desgastar o governo interino para tentar a recomposição política nas eleições municipais desse ano e nacionais em 2018 (Lula na mesma pesquisa citada aparece na intenção de voto espontânea acima de todos os demais presidenciáveis com 8,6%). Assim, procurará evitar a unificação na luta do movimento social em torno de bandeiras que questionem os limites estreitos da democracia burguesa.

Declarações dos dirigentes da CUT vão no sentido de que irão postergar ao máximo a resistência. Segundo o presidente da CUT, Vagner Freitas, não é hora de chamar a greve geral contra as medidas do governo, isso só ocorrerá "quando Temer encaminhar ao Congresso medidas de retirada de direitos". Esse é o *modus operandi* de toda burocracia que para manter o seu controle sobre o movimento procura escamotear as ofensivas patronais, atrasar as ações do movimento de massas e dificultar a politização (nacionalização) das lutas.

Classe operária deve entrar em cena

Conter os ataques que estão em curso demandará da classe trabalhadora a difícil superação do freio imposto pela *burocracia lulista*, avançar em seu nível de político e organizativo. No entanto, determinadas condições - crescimento do desemprego, desgaste seguido do governo e ímpeto de determinados setores - podem permitir um processo de mobilização que transcenda as amarras burocráticas.

A classe trabalhadora, que nos últimos anos realizou lutas importantes por salário e passou em alguns momentos por cima da burocracia, tem ficado inerte diante do cenário político de crise crônica vivido nos últimos anos. Ao mesmo tempo em que não se ligou ao movimento "Fora Dilma/Lula" - dirigido pela classe média alta com o apoio dos partidos tradicionais da burguesia - também não assumiu uma posição de defesa do governo. Isso, evidentemente, porque em seu segundo mandato o governo Dilma traiu abertamente suas promessas de campanha e aplicou políticas neoliberais que atingiram em cheio a classe trabalhadora.

Mas, com os ataques que já estão em curso, principalmente a partir da contrarreforma da previdência, a classe operária não demorará a se inquietar e produzir as suas primeiras formas de resistência direta a esse governo. Nesse cenário, encontrar formas de acessar os trabalhadores e a juventude que estão na linha de frente da resistência ao governo Temer é decisivo para fortalecer o processo de mobilização em curso e driblar a burocracia que já tem dado mostras de que evitará chamar ações de luta direta da classe contra Temer. O pior cenário de todos seria que essa ofensiva burguesa fosse vitoriosa sem que uma forte resistência se realizasse, pois colocaria dificuldades ainda maiores para a classe retomar a iniciativa em outros momentos.

Vivemos uma ofensiva reacionária que depôs o governo *preventivo* na qual os principais batalhões da classe trabalhadora estão premidos pela recessão e são dirigidos por uma burocracia que se limita a ações pontuais para desgastar o governo sem preparar efetivamente a resistência aos brutais ataques que estão por vir.

É importante que a CSP-Conlutas convoque atos classistas, como o do dia 16 de junho, exigindo o "Fora Temer, todos os corruptos e os reacionários do Congresso, a construção da Greve Geral contra os ajustes e por um governo dos trabalhadores, sem patrões" para aglutinar os setores classistas do movimento.

Mas, a *esquerda socialista* não pode perder de vista que suas forças no interior do movimento dos trabalhadores, do movimento popular e da juventude são extremamente minoritárias, e para contribuir de fato para que a classe supere as barreiras burocráticas precisa desenvolver iniciativas no sentido de construir um bloco com as demais correntes independentes da *burocracia lulista* (Intersindical) e semi-independentes (MTST), só assim pode intervir de forma significativa na atual conjuntura.

Na conjuntura em que vivemos, precisamos estar atentos aos movimentos de consciência que fazem a classe trabalhadora. O ato "Fora Temer", em 10 de junho, convocado pela Frente Brasil Popular (FBP - dirigida pelo lulismo) e pela Frente Povo Sem Medo (FPSM - dirigida pelo MTST) reuniu em São Paulo algo em torno a 40 mil pessoas. Essas são ações que devem ser disputadas politicamente pelas correntes da *esquerda socialista* através de ações unificadas. Atos dessa envergadura, que reúnem a vanguarda do movimento dos trabalhadores, da juventude e das mulheres não podem ser desprezados se pretendemos disputar seriamente com a *burocracia lulista* a influência política sobre setores sociais fundamentais para a resistência às políticas de Temer.

Por isso, correntes políticas como o PSTU e as da esquerda do PSOL precisam romper com sua pseudo autossuficiência e instituir fóruns unificados para discutir as ações de resistência ao governo e para furar o bloqueio da burocracia. Assim, se pode construir acordos políticos mínimos que permitam intervir de forma sistemática na luta contra os ataques em curso através de colunas políticas da *esquerda socialista* em atos que reúnem amplos setores.

Sem bandeiras políticas não se avança na luta

De outra parte, a luta contra o governo Temer não pode se restringir simplesmente à resistência contra suas medidas ou a palavras de ordem negativas. Ao contrário do que pensa um setor da *esquerda socialista*, não basta que lutemos pela negativa, pelo "Fora Temer" ou contra suas medidas. Essa postura, como já apontamos outras vezes, por melhor intencionada que pareça ser, limita a ação dos trabalhadores e da juventude ao horizonte estreito da política da *burocracia lulista*. Política essa que pretende apenas desgastar o governo, recuperar o campo eleitoral perdido nas eleições municipais desse ano e criar melhores condições de elegibilidade de Lula nas eleições de 2018.

A ofensiva reacionária da burguesia precisa de uma resposta não menos política da classe trabalhadora. Sem uma resposta global (política) as múltiplas demandas especificas tendem a se dissipar e enfraquecer a resistência mesma e uma possível retomada da ofensiva. A luta pelo "Fora Temer" sem uma contrapartida pela positiva deixa os trabalhadores reféns da burocracia que vai, simplesmente, respeitar o calendário eleitoral e a institucionalidade como está posta e se render ao "golpe" sem maiores enfrentamentos. É dever da *esquerda socialista* construir bandeiras que apresentem aos trabalhadores saídas politicas pela positiva a partir da concreta correlação de forças. Nesse sentido, a bandeira negativa de *Fora Temer* deve ter como contrapartida a bandeira positiva de luta por *Eleições Gerais* e por uma *Assembleia Constituinte Democrática e Soberana*.

Defendemos *Fora Temer e Eleições Gerais* para que a luta por derrubar o governo reacionário, que visa impor ataques brutais às condições de vida dos trabalhadores. não tenha como resultado a volta de um governo (Dilma) que traiu as expectativas das massas. Por outro lado, está cada vez mais evidente para as massas que o sistema político burguês é governado por corruptos e que o sistema econômico só serve aos interesses dos patrões.

Por isso, precisamos lutar para que os trabalhadores elejam outro governo e uma *Assembleia Constituinte* para resolver as históricas demandas democráticas que estão pendentes no Brasil, como a reforma agraria/urbana, cotas raciais, aborto legal, público e seguro, casamento igualitário, legalização das drogas e outras. No entanto, as lutas contra os ataques do governo, o *Fora Temer, Eleições Gerais e Assembleia Constituinte Democráticas* só poderão ser impostas por uma ampla mobilização dos trabalhadores desde baixo através de encontros de base para organizar o apoio às categorias em luta, jornadas unificadas de mobilização e greves gerais.

APENAS O MOVIMENTO DE MULHERES NAS RUAS PODE SUPERAR BARBÁRIE PATRIARCAL

Por Rosi Santos

“Uma jovem de 17 anos foi estuprada por 30 homens. Não importa em absolutamente nada o seu passado, seu presente, seus costumes, sua roupa, nada além do próprio crime importa!.” (R.S)

O estupro coletivo de uma adolescente de 17, anos ocorrido no último dia 20 na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, traz à tona uma das expressões mais horrendas de uma sociedade de barbárie cotidiana. Esse terrível caso demonstra de maneira bastante gráfica o avanço da crise humanitária e a irracionalidade nas relações sociais, onde a garantias de direitos de gênero em âmbito têm sofrido enormes retrocessos.

Porém, este caso foi o estopim de uma imensa indignação e criação de uma campanha que tem enorme potencial mobilizador em torno do combate a cultura do estupro. Atos ocorrem no Rio de Janeiro, São Paulo e em e outras cidades estão sendo convocados.

O fator das redes sociais foi decisivo nesta indignação popular, bem como o seu potencial de articulação de resposta. Isso tragicamente devido o próprio caso da adolescente ter ganhado notoriedade desta maneira, quando se não bastasse a violência os algozes também fizeram uso da violência simbólica ao expor a jovem desacordada e ferida como troféu em numa rede social. (1)

Isso foi um reflexo bastante contundente da sensação de impunidade que reina em nosso país no que tange ao desrespeito a soberania do corpo da mulher. A publicação de tal vídeo, inclusive com os estupradores mostrando os seus rostos. é o resultado de um Estado omisso e criminoso. Em que se pode fazer o que quiser com uma mulher e nada ocorrerá.

Apenas após três dias da repercussão mundial desse estupro os agentes da Segurança Pública do Rio de Janeiro vieram a público se pronunciar. Em entrevista coletiva o chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Fernando Veloso, ao ser questionado por que a prisão dos quatro homens que aparecem nas imagens ainda não tinha sido decretada disse que “não podemos afirmar ainda se houve ou não, de que forma houve. Não podemos nos basear no “ouvi dizer”.

Ou seja, a posição da polícia, mesmo diante de um crime inquestionavelmente bárbaro, revela como o poder público trata a questão da violência sexual contra as mulheres. O depoimento da adolescente, que deveria ser o suficiente, sem falar nas imagens, para decretar a prisão preventiva dos suspeitos e, assim, aumentar as chances de identificação e punição dos demais responsáveis foi tratada como componente menor da investigação.

Não é à toa que as denúncias de casos de estupro no Brasil estão muito abaixo do número que realmente ocorrem, Na verdade, as mulheres sofrem duas violências: no ato e a na busca por justiça. Uma vez que é revertida a culpa a ela na sociedade e na esfera pública.

A cultura do estupro

O estupro, apesar de ser moral e subjetivamente considerado uma tremenda violência, objetivamente é uma forma de violência corriqueira em nosso país. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública dão conta de que em 2014 houve 47.646 casos de estupro no Brasil e a cada 11 minutos uma mulher é vítima dessa forma de violência. No entanto, estes dados são apenas uma pequena parte do fenômeno, pois pesquisas internacionais revelam que há uma subnotificação.

Os dados, apesar de não refletirem totalmente essa realidade, coincidem com o modo de vida e cultura política em nosso país. No dia-dia as mulheres não podem se encontrar em lugares e situações que os homens tranquilamente convivem. Além do mais, o próprio parlamento referenda a cultura da opressão de gênero. Jair Bolsonaro, deputado federal, disse durante uma sessão a uma parlamentar que está era tão feia que não merecia ser estuprada. Ou seja, afirmou que algumas poderiam ser. Outro caso emblemático é de uma figura publica que disse na TV aberta em um programa de humor que faria sexo sem o consentimento de uma mulher, foi aplaudido pela plateia.

Tanto no primeiro, como no segundo caso, nenhuma providência a respeito foi tomada, Jair Bolsonaro segue em suas funções, Alexandre Frota é tido como conselheiro da Pasta de Cultura e Educação e hoje opina sobre a proibição da temática da questão de gênero e opressões nas escolas. Em uma sociedade conduzida dessa maneira só resta que os estupradores não tenham medo, que aja a culpabilização das vítimas e a relativização dos crimes.

A regressão nas relações humanas, na qual a violência sexual é uma das expressões mais nefastas, não pode ser compreendida fora de um quadro social e econômico em que essa opressão é funcional à exploração capitalista e à manutenção do poder político da classe dominante sobre os setores oprimidos da sociedade, neste caso, a mulher. Não obstante, o auge das crises do capitalismo são os momentos em que os direitos das mulheres, já conquistados, são mais desrespeitados.

A justificativa ideológica da opressão das mulheres acaba por colocá-las na condição de coisa, objetos sem vontade e propriedade alheia, enfim em condição subhumana; Se se na relação produtiva o homem é apêndice da máquina. a mulher é vista como apêndice do gênero masculino.

É preciso colocar um movimento de mulheres de pé nas ruas

O culto ao estupro está em toda parte, desde instituições já bastante sólidas, como a prostituição à uma nefasta pornografia, até as músicas, publicidade, literatura, moda, TV, e etc…É fenômeno amplo e sistemático no qual o estupro acaba se conformando como uma atitude socialmente tolerada. A violência sexual - sem falar sobre as taxas de exploração material acrescidas sobre o trabalho das mulheres e demais negativas à sua condição de igualdade – é um sistema que vai desde os assédios sistemáticos no trabalho, nas escolas e no transporte coletivo até o estupro sistemático de mulheres que acontece em sua ampla maioria no ambiente doméstico.

Da mesma maneira que em temas como a luta pelo direito ao aborto, contra o feminicídio e por remuneração e direitos trabalhistas igualitários, a luta contra toda forma de violência sexual deve ser tomada pelo movimento de mulheres com uma perspectiva muito mais enérgica.

A esquerda precisa canalizar a indignação em torno do caso da adolescente no Rio de Janeiro para um movimento real. São inúmeros os casos explorados pela mídia de modo oportunista, ao serem não transformados em luta concreta, se perderam. Sabemos que a atenção dada a esse caso e a outros se trata de uma onda midiática, que não terá vida longa e que não irá provocar nenhuma mudança se não for transplantado para luta política real.

Só teremos avanços nesse e em outros campos quando construirmos no Brasil um movimento de mulheres autônomo dos governos e patrões que coloque de forma sistemática a luta – teórica e prática – contra o estupro e todas as formas de violência contra as mulheres nas ruas, nos locais de trabalho e estudo.

Não podemos admitir que este seja como tantos outros casos naturalizado. Por isso, fazemos um apelo a todas frentes feministas, partidos de esquerda, correntes, independentes à mais ampla unidade neste momento, para cobrir está jovem de toda solidariedade e a lutar por ela e por todas nós!

Justiça já! Nossa revolta é nossa em ação!

O Estado é cúmplice!

Prisão de todos envolvidos, inclusive daqueles que publicaram o vídeo!

Que todos os machistas e estupradores tenham medo!

---

(1) O vídeo que viralizou no Twitter exibia a adolescente em uma situação totalmente deplorável, nua, desacordada e ensanguentada cercada por 4 dos estupradores, que afirmavam em tom jocoso que mais de trinta homens a teria violado e se vangloriavam do crime covarde que haviam cometido. Posteriormente, o relato da adolescente da conta de que teria ido à casa de um namorado e que estavam sozinhos, dormiu e quando acordou estava em outro local e sendo observada nestas condições por mais de 30 homens armados com fuzis.

Encontra-nos em:

BLOG:
http://praxisbr.blogspot.com.br/

FACEBOOK:
Socialismo ou Barbárie -SoB

Pagina:
http://www.socialismo-o-barbarie.org/

GREVE NA USP PODE DERROTAR ZAGO

Construir desde já a unidade na ação dos setores em luta

Contribuição de Gaia em Movimento

A greve dos estudantes da USP, iniciada há duas semanas, não para de crescer. Hoje são mais de 30 cursos em greve. Mas não estamos sozinhos nessa luta, pois estamos com funcionários - vanguarda do movimento grevista - e com professores que decidiram entrar em greve também.

Estamos fazendo grandes assembleias que contam com a presença de centenas de estudantes, como foi a que deflagrou a greve, e atividades de rua. Nessa assembleia votamos a greve por aclamação e tiramos como eixo a luta por *cotas raciais, permanência estudantil e contratação de professores*.

Esse eixo de reivindicação sintetiza o mínimo necessário para que nossa universidade possa se autodeclarar verdadeiramente pública. Além do eixo, votamos um comando de greve e um calendário de mobilização que teve até agora como ponto alto um ato unificado no final de maio em defesa da educação pública.

Não basta discutir os eixos votados: política de cotas (defendemos, cotas para negros e indígenas), permanência estudantil e a mudança nas regras de contratação de professores.

Precisamos também avançar na discussão do machismo institucional que inviabiliza as demandas das mulheres na universidade, da política antioperária que precariza o trabalho e aprofunda a terceirização, do regime policialesco que persegue e pune quem luta e o maior dos desafios: como construir um forte movimento para transformar profundamente a estrutura de poder na universidade.

Com a entrada na greve dos professores o nosso movimento se fortalece. No entanto, a reitoria se demonstra intransigente e disposta em bancar esse projeto elitista, privatista, machista e antidemocrático de universidade até o final. Assim, *a nossa luta tende a ser longa e para isso precisamos nos preparar.*

Com o ingresso dos professores na greve a nossa luta ganha um fôlego importante, mas com a aproximação do período de férias a greve corre o risco de se tornar uma "greve de pijamas". Por isso, nas próximas assembleias temos que votar um plano de mobilização que preveja além das atividades de rua, no interior e fora da universidade, uma série de outras atividades para manter os estudantes mobilizados.

Pensamos que na atual conjuntura de endurecimento político nacional e local, é necessário que a greve dos três setores da universidade avance no sentido de garantir a máxima unidade possível, só assim podemos ser vitoriosos. Assim, é necessário construir um *eixo de mobilização que atenda às demandas centrais de todos os setores, além de um calendário e comando de mobilização comuns para articular as ações e impor à reitoria e ao governo do estado nossas reivindicações.*

UMA REBELIÃO JUVENIL NO BRASIL E NO MUNDO

Por Rosi Santos

A onda de luta da juventude em defesa da educação tem crescido em todo o mundo e colocado governos na defensiva.

Os serviços públicos são os maiores alvos do ajuste fiscal. Desde o ano passado a juventude paraguaia deflagrou lutas radicalizadas em defesa da democracia na universidade e de seu caráter público.

Na Argentina uma histórica manifestação ocorreu em 12 de maio. Mais de 50 mil pessoas, estudantes universitários, secundaristas, trabalhadores da educação e sociedade em geral defenderam o trabalho e o ensino público frente aos ataques do presidente Maurício Macri.

Na França milhares de estudantes marcham contra o projeto de reforma trabalhista do governo. Uma jornada de lutas que contou com confrontos com a polícia, bloqueio de estações de trem e interrupções das principais linhas férreas.

No Brasil o movimento dos estudantes secundaristas renasceu como uma fênix, pois desde a luta pelas "Diretas Já" tal setor não se apresentava de maneira tão combativa e articulada. Este é um movimento que tem dado saltos e possui acúmulos importantes. mesmo sendo encabeçado por uma juventude que começa a fazer suas primeiras experiência de luta.

No ano passado garantiram a vitória contra o fechamento de escolas, impondo uma dura derrota ao governador autoritário do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). Tivemos a oportunidade de acompanhar a mobilização dos secundaristas contra o fechamento das escolar por dentro no ano passado e é emocionante a disposição de luta e nível de politização dessa juventude.

Desta vez lutam em vários Estados por democracia, melhores condições de estudo e contra a substituição das refeições nas escolas por bolachas, ao mesmo tempo exigem punição aos responsáveis pelo desvio de verbas públicas que seriam destinadas justamente à alimentação adequada, como foi o caso da luta dos estudantes do Paraguai.

Os governos estaduais fazem uso da força para conter a revolta estudantil, porém esse é um movimento que demonstra uma imensa capacidade de resistência. A resposta vem logo em seguida e com mais força à violência do Estado. Exemplo disso foi o ato em solidariedade aos estudantes desocupados da sede da Sede Administrativa das ETECs organizado em poucas horas em São Paulo e a reocupação da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro depois de uma desocupação extremamente violenta.

Como vemos, temos muito o que aprender com a organização e o processo de radicalização politica dos estudantes secundaristas de todo o país. Viva a nova geração de luta dos estudantes secundaristas!

REPUDIAMOS O MASSACRE POR ÓDIO NOS ESTADOS UNIDOS!

Por Marisa Victoria, NPS, Costa Rica

Na noite do sábado (11 de junho) ocorreu um novo massacre nos Estados Unidos: um tiroteio em um bar frequentado pela população LGBT em Orlando, Flórida, que deixou como saldo o assassinato de 50 pessoas e dezenas de feridos!

Além de ser um bar gay, também era muito frequentado por jovens latinos e afro-americanos, o que é demonstrativo do caráter racista e homofóbico deste massacre de ódio. Em nome do Novo Partido Socialista e de As Vermelhas, repudiamos este crime e nos solidarizamos com as vítimas e com suas famílias.

O autor do assassinato partiu de uma motivação religiosa-fundamentalista, com a qual quis justificar um terrível ódio contra as pessoas de população LGBT. Essa crueldade demonstra o lado mais podre, racista e homofóbico que caracteriza os setores mais à direita e conservadores da sociedade estadunidense.

Além disso, se realiza em meio a um clima reacionário a nível internacional, onde há o avanço de setores mais conservadores que cometem ataques contra a classe trabalhadora, imigrantes, direitos das mulheres e comunidade LGBT. No caso dos Estados Unidos, este giro reacionário se expressa no triunfo de Donald Trump na interna do Partido Republicano, que orientou sua campanha contra os imigrantes latinos, muçulmanos e as mulheres.

Porém, este giro reacionário e os ataques que do mesmo se desprendem, gera o rechaço de amplos setores da classe trabalhadora, das mulheres e da juventude que começa a se expressar em novas formas de organização e luta do ativismo (por exemplo temos as greves na França contra a reforma trabalhista ou o ativismo juvenil nos EUA por Bernie Sanders). Neste marco se comemorará o próximo “Dia do Orgulho LBGT”. Dos brutais golpes que recebe a população LGBT e da raiva que a todos e todas gera, deve surgir um movimento que retome a bandeira de Stonewall, da organização independente e luta na rua, que exija justiça, o fim da violência e o fim do assassínio de pessoas pela sua orientação sexual em Orlando, na América Latina e em todo o mundo.

Por isso, em nome do NPS e de As Vermelhas chamamos o movimento que repudie atos de barbárie como o ocorrido em Orlando, uma reação à opressão da população LGBT promovida pelos governos e setores fundamentalistas-religiosos com ativismo de rua que conquiste direitos igualitários para toda a população LGBT.

NA FRANÇA A CLASSE OPERÁRIA ENTRA EM CENA

Socialismo ou Barbárie

Há quase três meses, os trabalhadores e a juventude francesa travam uma batalha contra a reforma trabalhista que pretende acabar com o Código Trabalhista e as proteções básicas que o mesmo outorga aos assalariados. A duração dessa luta já é um dado de importância, nestes meses se sucederam assembleias nas universidades, mobilizações, ocupações, greves parciais e nacionais, o movimento das praças "Nuit Debout"…

Apesar do endurecimento do governo, da enorme repressão sobre aos manifestante, da política diletante das direções sindicais que deixaram o tempo passar e desgastar o movimento, a determinação de lutar e de ganhar segue alta.

Nas últimas semanas, o governo tentou fechar o processo com uma guinada repressiva: redobra os ataques aos manifestante e criminaliza a luta, e principalmente aprovando a lei através de um "decretaço", o chamado 49.3. Tratava-se de mostrar força e que o governo estava determinado a aprovar a lei custasse o que custasse, passando inclusive por cima do seu próprio bloco parlamentar - que não conseguiu disciplinar.

Essa estratégia parece até o momento ter resultado em uma medida contraproducente: as tentativas de repressão não conseguiram desmoralizar nem dividir o movimento, o decretaço apenas colocou lenha na fogueira entre setores da classe trabalhadora. É por isso que o que marca a cena atualmente é o ingresso na batalha de setores chave dos trabalhadores, com os petroleiros na cabeça, além dos portuários, ferroviários, trabalhadores da eletricidade e demais setores.

O 49.3: uma faca de dois gumes

O artigo 49.3 das Constituição (Constituição presidencialista e bonapartista do regime da V República de De Gaulle) permite ao governo aprovar uma lei sem discussão, tornando-a responsabilidade do parlamento. Se os deputados apresentassem uma moção de repúdio votada por maioria o governo cairia; se isso não ocorre, a lei é aprovada. Trata-se de um mecanismo autoritário que anula inclusive a forma burguesa "normal", que é o parlamento, com uma "chantagem", já que a queda do governo por via parlamentar estava totalmente excluída.

Ainda que o governo queira se mostrar "forte", "duro", "determinado" com a aplicação do 49.3, como um governo "estadista", que quer fazer "o que a França precisa" sem se importar com a opinião pública, a via autoritária do decretaço também reflete elementos de debilidade. Na verdade, o mesmo foi necessário devido a incapacidade de disciplinar suas tropas e fazer com que os deputados socialistas "de esquerda" votassem no texto.

Nesse sentido, não se pode deixar de assinalar que, ainda que se trate de democracia burguesa, onde um punhado de políticos profissionais eleitos graças a campanhas milionárias decidem nas costas e contra a vontade da maioria do povo, o parlamento expressa de maneira muito distorcida certas "opiniões" ou relações de força na sociedade. A utilização do 49.3 foi a anulação deste "jogo democrático" mínimo da parte de um governo que, nesta questão, esta claramente em minoria.

É por isso que, entre os setores amplos da sociedade e da classe trabalhadora, o 49.3 foi visto como a gota d'agua que transbordou o copo, como uma provocação inaceitável. Depois de três meses de bronca dos manifestantes, dos grevistas, dos estudantes que ocuparam as universidades, das pesquisas que davam que mais de 70% dos franceses estavam contra a reforma, o governo deu um passo a mais, redobrava a aposta com essa cartada autoritária.

Diante dessa provocação, os trabalhadores também decidiram redobrar a aposta e estão neste momento parando o país.

A classe trabalhadora entra em cena

Durante meses, o clima foi esquentando, os estudantes e jovens deram o pontapé inicial e tomaram as ruas, algumas jornadas de greve nacional ocorreram, o chamado à greve por tempo ilimitado cresceu. O peso do "decretaço" como explicação da radicalização é sem duvida importante: a maioria (ou mesmo a totalidade) das convocações para a greve colocam a questão do 49.3, afirmando que o "governo foi a um patamar superior e nós também devemos faze-lo".

Em todo caso, o que esta claro é que o elemento novo, significativo, da situação atual, é a entrada em cena dos setores centrais dos trabalhadores. Desde o começo do movimento, foram os estudantes os que estiveram na cabeça, depois o movimento das praças "ganhou relevo", porém os trabalhadores como tais estiveram globalmente ausentes: apenas duas greves domingueiras, no dia 31 de março e 28 de abril.

Nos últimos dias, pelo contrário, o pais começa a parar cada vez mais sob a ação de batalhões estratégicos da classe trabalhadora. Com seus métodos históricos: a greve, os piquetes, os bloqueios. Nesse sentido, as greves dos trabalhadores do petróleo foram marcadas por piquetes e bloqueios das refinarias e depósitos de petróleo, que foram duramente reprimidas e desocupadas pela polícia.

A nova situação esta marcada pela entrada em cena de setores chave dos trabalhadores, o que dá um tom novo a luta contra a reforma trabalhista. Já não se trata de jornadas de mobilização que, ainda sendo importantes, não colocavam em questão o funcionamento do país.

Ampliar a mobilização e evitar o isolamento, a caminho de uma greve geral

Para equilibrar a análise da situação, há que assinalar que o país se encontra ainda longe de uma verdadeira greve geral: existe um movimento forte e radical entre os setores chave da classe trabalhadora, porém a extensão do mesma ainda é uma aposta.

O governo joga com a esta situação acusando os trabalhadores e em particular os petroleiros de "ultraesquerdistas", de "fazer pessoas reféns" e outros ataques. Tentam opor os trabalhadores mobilizados contra o resto da classe operária e da população, acusando-os dos problemas do país, de por em perigo a "recuperação econômica", de ter "interesses particulares". No momento, esta campanha não parece pegar: as pesquisas mostram que mais de 60% dos franceses consideram que "o governo é culpado pela situação atual" e 70% que "deveria retirar a reforma trabalhista para evitar a paralisação do país".

No entanto, essa solidariedade moral e simpatia precisa se converter em luta contra a lei e se transformar em combatividade efetiva, a partir da extensão da greve a mais setores, para que os traba-

lhadores paralisem efetivamente o país e impeçam qualquer solução autoritária e reacionária da luta.

Do que se trata então é evitar que as pontas de lança que iniciaram a nova situação fiquem isoladas, a mercê do desgaste, da campanha sistemática de deslegitimação da parte do governo e meios de comunicação. Há que se apoiar no clima criado por estas lutas para estendê-las, para construir desde baixo o controle democrático das greves e a convergência entre os diferentes setores no sentido da greve geral.

Derrubar o governo nas ruas

De maneira geral, abre-se uma situação que não admite meias palavras: para derrubar a reforma trabalhista há que derrubar o governo reacionário e antioperário de Hollande e Valls. O mesmo se demonstra disposto a ir até o final com a reforma, pois o seu mandato está acabando e espera seguir em frente como servidor fiel da burguesia francesa e europeia, prefere ser derrotado a ceder as exigências das ruas.

O governo atual não tem nada que ganhar com a retirada da lei: ficaria desmoralizado, dando marcha a ré em uma das principais reformas que iniciou, seria pressionado pela direita e pela burguesia por ter sido "inconsequente", "covarde e por não ter ido até o final"; e pela esquerda e trabalhadores como um governo que recuou devido à luta nas ruas. Diante das eleições de 2017, a única vontade de Hollande e Valls é se mostrar forte, "reformadores", mesmo sabendo que provavelmente o PS ficará fora do segundo turno das próximas eleições presidenciais.

Hollande declarou que prefere passar para a história com um presidente impopular do que como um presidente que "não fez o que deveria fazer", demonstrando um paralelo com a socialdemocracia alemã que fez o "trabalho sujo" no inicio dos anos 2000 para depois abrir caminho para Merkel. As "convicções" de que fala a imprensa burguesa para se referir a firmeza do governo em torno da reforma são apenas os seus próprios planos. Trata-se da perspectiva das classes dominantes europeias, que pretendem sair da crise descarregando-a sobre os trabalhadores. É por isso que o pedido de Martínez (secretário geral da CGT), de que o governo "ouça" os trabalhadores, não tem nenhuma perspectiva: o governo só tem ouvidos para os patrões, e do que se trata não é de pedir que "nos escute" mas sim de derrubá-lo.

Sem duvida, Hollande passará a história como um presidente impopular, o mais impopular da história da V República. Porém, ainda não está dado que consiga fazer o "trabalho sujo". Por fora das armadilhas parlamentares é possível derrotar o governo, impor que se vá com mobilização nas ruas. É um governo impopular, antioperário, que traiu todas as suas promessas eleitorais, que leva a cabo um programa pior do que a direita...

Do que se trata é, aqui e agora, de estender, aprofundar e radicalizar a luta para derrubar o governo e com ele toda sua política antioperária que se concentra na reforma El Kommri. Começou uma luta que só pode resolver-se com a queda do governo ou com uma derrota e

A PROPOSTA DE ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DEMOCRÁTICA E SOBERANA NA TRADIÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Por Antonio Soler

Para discutir o papel e a pertinência da palavra de ordem de Assembleia Constituinte em momentos de crise estrutural em países periféricos vamos recorrer aqui a alguns critérios utilizados pelo marxismo revolucionário nesses casos.

A Rússia czarista, devido ao seu atraso econômico e político, sempre impôs aos socialistas a necessidade de dar lugar de destaque ao tema da democracia em seu programa e agitação política. Para os bolcheviques, a agitação da Assembleia Constituinte tinha o objetivo de apresentar uma alternativa ao governo autocrático e fazer com que as massas avançassem praticamente em sua experiência com a democracia burguesa.

Nesses casos o critério político de Lenin era: “enquanto não tiverem forças para dissolver o parlamento burguês e todas as outras instituições reacionárias, são obrigados [os comunistas] a atuar no seio destas instituições”1. Para o revolucionário russo, considerando todos os riscos da atuação parlamentar, a única forma de superalos não é negar a ação parlamentar, mas que essa tenha uma orientação revolucionária.

Entre as elaborações marxistas clássicas foram as de Leon Trotsky, pela possibilidade de formular políticas em um espaço maior de tempo e por ter acesso a cenários mais diversos, as mais abrangentes e contundentes sobre a importância das bandeiras democráticas, particularmente da Assembleia Constituinte, para os processos revolucionários.

Ele pode observar até o fim da década de 1930 processos de radicalização da luta de classes em países que pela sua via de formação capitalista tardia tinham tarefas democráticas pendentes, esse foi o caso da revolução Russa, Chinesa e Espanha. E, em todas essas experiências, propôs sistematicamente que as bandeiras democráticas, particularmente a Assembleia Constituinte, fossem utilizadas de forma a se combinarem indissolúvel com as bandeiras econômicas e transicionais.

É evidente que da década de 1930 aos dias de hoje importantes transformações na economia capitalista mundial e na geopolítica ocorreram. Houve um processo indubitável de modernização em muitos países de formação capitalista (hiper) tardia, como é o caso do Brasil. Porém, as tarefas democráticas estão longe de se resolverem, ao contrário, a desigualdade do desenvolvimento capitalista tornam as conquistas democráticas ainda mais distantes.

O vigor da teoria da *Revolução Permanente* (Trotsky, 1930) se demonstra extraordinário em muitos aspectos. A seguinte passagem sobre a questão das tarefas democráticas guarda enorme atualidade: “para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacionais-libertadoras só é concebível por meio da ditadura do proletariado”2.

O posterior desenvolvimento histórico à década de 1930 deu razão a Trotsky em várias teses apresentadas em *Revolução Permanente,* particularmente na sumariada acima.

Mesmo quando as tarefas democráticas pareciam ter sido finalmente resolvidas por forças que não o proletariado, seus organismos democráticos de poder e suas organizações revolucionárias, como na revolução chinesa, por exemplo, os desdobramentos históricos demonstraram que a "solução verdadeira e completa" das questões democráticas e transicionais só podem ser realizadas pela classe trabalhadora e suas organizações democraticamente constituídas.

Da segunda tese da *Revolução Permanente* se estabelece de forma inexorável que não podemos deixar de colocar em primeiro plano a necessidade de solucionar as imensas tarefas democráticas que a burguesia dos países periféricos não pode resolver durante o percurso de formação capitalista desses países.

É apenas em sua luta concreta que as massas ultrapassam as bandeiras democráticas. Essa é uma importante premissa para encararmos o papel das reivindicações democráticas e da Assembleia Constituinte na atual situação política e, particularmente, na conjuntura de crise estrutural em que vivemos no Brasil.

No *Programa de Transição* (Trotsky, 1938) a necessidade da classe trabalhadora nos países atrasados assumir a defesa da democracia burguesa de forma articulada com as reivindicações imediatas e transitórias surge de maneira ainda mais nítida. Segundo o autor: "nessa luta, as palavras-de-ordem democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas decorrem umas das outras"3. O desenvolvimento desigual do capitalismo levou as formações capitalistas atrasadas - como é o caso brasileiro - a não resolverem as tarefas democráticas porque a burguesia não dispunha de força material/política para prescindir da aristocracia agrária do processo de formação capitalista.

Nos dirigindo mais especificamente para o tema da Assembleia Constituinte, ao analisar os processos revolucionários na China da década de 20, Trotsky traz à baila a experiência da Revolução Russa e critica duramente uma série de preconceitos em relação a ela. Afirma, dentre outras premissas, que mesmo que houvesse sovietes na China isso não anularia a necessidade de lutar pela Constituinte, ao contrário, a possibilidade de agitação na "tribuna livre" contribuiria para a luta pela direção dos sovietes.

E mais, na pior hipótese "a escola de parlamentarismo revolucionária teria deixado sua marca no nível político das massas, facilitando, assim, nossas tarefas posteriores à Revolução de Outubro"4. A defesa de uma atuação revolucionária diante sufrágio universal e do parlamentarismo se justifica porque as massas só podem aprender pela própria experiência que é necessário superar as formas de dominação política da classe dominante.

Em outro contexto (Revolução Espanhola), Trotsky esclarece que a rejeição da luta parlamentar nada tem a ver com o marxismo e que, ao contrário das correntes anarquistas e sindicalistas, os revolucionários não negam as bandeiras democráticas, lutam resolutamente para que essas palavras de ordem sejam atendidas. Mas vai além e afirma que as formas da democracia revolucionária, como os organismos de duplo poder, em situações em que o movimento operário não tem tradição "soviética" só poderiam surgir coma mobilização das massas em torno de bandeiras democráticas.

É necessário levar em consideração o nível de atraso do país para determinar o peso que as palavras de ordem democráticas exercem na formulação política. Há os que acreditam que no atual desenvolvimento do capitalismo brasileiro as tarefas democráticas estejam superadas e que por isso teriam pouco peso na hora de elaborar o programa ou os eixos de agitação. Não parece essa ser a realidade nacional em que tarefas democrática históricas, como a expropriação do latifúndio, por exemplo, se colocam ainda hoje como fundamentais.

Tratando-se de um pais como o Brasil, em que a solução das questões democráticas não está no horizonte, o tema das palavras de ordem democráticas, como a Assembleia Constituinte, conserva um peso central no programa e papel central na agitação política em momentos de crise, tal qual a que estamos vivendo agora.

Por fim, nas condições nacionais na qual já temos experiência com o sufrágio universal e parlamentarismo, é necessário atualizar as reivindicações democráticas e, principalmente, o conteúdo da bandeira de Assembleia Constituinte. No sentido da formulação de seu conteúdo e forma contamos com a indicação clássica de Lenin que guarda grande atualidade quando afirma que para ser realmente uma Assembleia Constituinte o seu processo eleitoral deve garantir a livre agitação política, expressar a vontade popular e possuir de fato poder para impor a vontade popular. É nesse sentido que defendemos a proposta de Constituinte Democrática, Soberana e imposta pela mobilização dos de baixo para que tenha como resultado avanços concretos para a superação das questões democráticas pendentes e que sirva para abrir caminho para o processo de luta pelo socialismo desde baixo.

Notas:

1. Lenin. O esquerdismo, doença infantil do comunismo in Constituinte e revolução socialista, p. 105.

2. Leon Trotsky. A revolução Permanente. Kairós Livraria. p. 137.

3. Leon Trotsky. O Programa de Transição. Os países atrasados e o programa das reivindicações transitórias.

4. Leon Trotsky. A Palavra de Ordem de Assembleia Nacional na China. In Constituinte e revolução socialista. s/d.

Adquira *O COLAPSO DO LULISMO* com os militantes do Socialismo ou Barbárie